

## PREFÁCIO

Numa Europa cada vez mais urbanizada, mas onde persiste um cenário no qual a diversidade territorial é inquestionável e inspiradora, persistem os obstáculos a um desenvolvimento sustentável e inclusivo, mantendo-se um quadro de incerteza e crise generalizada. É, aliás, neste contexto, que tendencialmente se pretende responder a esta conjuntura deficitária, adicionando à abordagem económica, a ambiental e a social, privilegiando as políticas tendentes à preservação das paisagens e do património nas suas múltiplas vertentes, sem descuidar os polivalentes espaços urbanos e os multifacetados quadros sociais. Perspetiva-se um desenvolvimento holístico e global. Contudo, quando se vislumbra o abrandar da crise económica e financeira, houve que adicionar os impactes decorrentes de amplos fluxos migratórios e a receção de centenas de milhares de refugiados que tentam escapar aos conflitos bélicos e às catástrofes naturais, ou ainda a conflitos de ordem política e cultural. Tal induziu à valorização da vertente social em toda esta conjuntura.

Assim, há que construir oportunidades, dinâmicas sustentáveis, preservando os valores endógenos distintivos, mas enquanto se implementam também políticas estruturantes, inclusivas, que realcem o quadro social, a inovação e a sociedade digital e, com isso, a educação e o conhecimento, utilizando-se desta forma mais eficientemente os recursos autóctones. É neste âmbito que se pretende refletir sobre a multiplicidade territorial, social e cultural segundo diversas perspetivas (geográfica, histórica, ambiental, económica, social, cultural e jurídica), incidindo sobre o espaço europeu, mas alargando a outros territórios, como os lusófonos, especialmente o Brasil, divulgando experiências e analisando quadros estratégicos que possibilitem o ultrapassar desta crise. Neste contexto, é indispensável dar continuidade a estudos que catalisem toda a sociedade, nomeadamente a comunidade científica, ou a sociedade civil com capacidade interventiva na gestão e no planeamento do território, pois só assim se alterará tal cenário.

É neste âmbito que surgem publicações como “The Overarching Issues of the European Space / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Spatial Planning and Multiple Paths to Sustainable and Inclusive Development / Ordenamento Territorial e Múltiplos Caminhos para um Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo”, acentuando-se a aposta numa perspetiva multidisciplinar, interuniversitária, através da participação de especialistas de diversas universidades portuguesas, mas também francesas, búlgaras, romenas, galegas, croatas e brasileiras. Deste modo se criam sinergias que proporcionem a preservação e o ordenamento do território, num cenário em que a coesão territorial e a recuperação social, económica e ambiental se conjuguem de forma harmoniosa. Há, efetivamente, que refletir sobre as políticas de desenvolvimento e ordenamento do território, tendo em consideração a multiplicidade espacial, social e cultural, abordando diferentes temáticas numa ótica em que a diversidade de cenários, quer europeus, quer de outras proveniências, estejam presentes.

Perante este enquadramento, surge esta publicação estruturada em quatro partes, abarcando temáticas incisivas que alertam para múltiplos caminhos indutores de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Na verdade, há que percorrer novos caminhos que não descurem as componentes social e cultural, como se constata na primeira parte desta publicação designada “Novos caminhos para um desenvolvimento social e cultural”. Inclui as colaborações de especialistas de Portugal, Bulgária e

Espanha, abordando problemas como o declínio demográfico e os seus reflexos, destacando os espaços costeiros búlgaros (Milen Perneliev), enquanto Carolina Pimental Correa prossegue com a temática do envelhecimento mas em Portugal. Por outro lado, María Dolores Sánchez-Fernández aborda algumas práticas de responsabilidade social nas estruturas hoteleiras em Espanha, enquanto outros estudos incidem no território português, privilegiando estratégias associadas ao envelhecimento ativo, à segurança e saúde no trabalho (Maria da Conceição Pereira Ramos). Reúnem-se ainda análises de outras problemáticas, como as associadas à reduzida literacia e seus reflexos no espaço duriense (Helena Pina), se bem que esta região paradigmática portuguesa ostente um património e potencialidades endógenas diferenciadoras que poderão induzir a novas estratégias para o dinamismo deste território, como explana António de Barros Cardoso. Dada a sua importância, analisam-se também outras dinâmicas como o associativismo e a reapropriação das culturas rurais em meios urbanos, como é o caso de Bolonha (Irene Serafino) e questões de democracia em Portugal e na Europa, temática envolta em desafios, mas também em oportunidades (Francisca Margarida M. S. Costa).

Por seu lado, a segunda parte deste livro privilegia um ordenamento territorial sob uma vertente sustentável, intitulando-se “Ordenamento Territorial e desenvolvimento sustentável”. Efetivamente, o desenvolvimento territorial é o objetivo central desta edição, percorrendo velhos e novos caminhos, com a colaboração de especialistas brasileiros, espanhóis, croatas e portugueses. Na realidade, este momento crítico vivido à escala global, só poderá ser mitigado num cenário sustentável que privilegie as componentes sociais, como evidencia Carolina Pimentel Correa quando estuda as relações do poder e o desenvolvimento sustentável, ou Fátima Loureiro de Matos, Teresa Sá Marques, Paula Guerra e Diogo Ribeiro que realçam questões da habitação e da vulnerabilidade social em meio urbano. Por seu lado, também a educação é realçada (Isa Dias Gomes e Conceição Ramos), numa apresentação crítica de um exemplo cabo verdiano, ou ainda a constatação do avanço firme mas pausado do ordenamento urbanístico na Galiza (José António Aldrey Vázquez).

Num quadro multifacetado e pluridisciplinar, são de facto exploradas diferentes temáticas tendo em mente a diversidade territorial existente. Aliás, esta abordagem exige também a incorporação da vertente ambiental, como especificaram Leandro Dias de Oliveira, ao apresentar uma análise evolutiva destas políticas no Brasil dos últimos 25 anos, aspeto complementado por Andrews José de Lucena e Leonardo Peres que realçam a conexão existente entre as “ilhas de calor” e a segregação socioambiental no Brasil.

Sendo impressionantes os espaços florestados e as problemáticas que os envolvem, sobretudo no espaço do mediterrâneo, tal temática foi também explorada no litoral croata pelo grupo coordenado por Borna Fuest-Bjelis, de que fazem parte também Ivan Tekic e Anmarija Durbesic.

Mas, indiscutivelmente, a vertente económica continua a ser sobrevalorizada pelas instâncias políticas, como se confirma na terceira parte desta publicação denominada “O tecido económico: algumas dinâmicas territoriais e sociais”. Apoiando-nos em casos exemplificativos franceses, búlgaros, espanhóis e portugueses, facilmente se constata a importância deste facto, por exemplo na Região Norte Central da Bulgária (Slavi Dimitrov), ou através da análise das áreas urbanas de Espanha, cartografadas digitalmente onde a perspetiva evolutiva está patente (Ángel Miramontes Carballada), ou ainda a importância do turismo e do lazer em múltiplas vertentes, como realçam Dominic Royé inspirado nas

“noites tropicais” em Faro, Lisboa e Porto, ou os parques temáticos com a sua recriação/impacte nas paisagens europeias, como refere João Luís J. Fernandes ao salientar o caso da Disneyland Paris.

Por seu lado, os espaços onde a ruralidade persiste não poderiam ser ignorados neste terceiro capítulo, dada a sua importância em termos territoriais e pelas problemáticas que o envolvem, como evidenciou Philippe Baumert apoiando-se nos casos das regiões vitivinícolas do Douro e de Champagne, ou ainda, explorando a perspectiva de Roger Dion, numa visão sobre os vinhedos alsacianos. Os espaços rurais ainda foram alvo de uma tentativa de sistematização de índices rurais, através de uma viagem sobre o estado da arte neste aspeto, como relatam Gustavo B. Braga, Paula Remoaldo e Ana Luíza C. Fiúza.

A importância da vertente social e, de modo particular, da educação e cultura, obviamente não poderiam ser ignorados quando se perspetiva um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Neste contexto, surge a quarta parte desta publicação designada “Educação e sociedade: um cenário complexo em mudança”. Inclui abordagens sobre algumas metodologias e modelos de pesquisa científica utilizados no setor educativo na Bulgária (Athanas Dermendzhiev, Stela Dermendzhieva e Martin Doykov), dados os seus reflexos na motivação e formação dos discentes, mas também a educação geográfica em Portugal, privilegiando a experiência vivida pelos professores em formação (Felisbela Martins), enquanto Carla Salazar Carvalho valoriza a construção do pensamento geográfico e as conceções alternativas oferecidas aos alunos, destacando a gestão dos recursos hídricos.

Já em espaço romeno, Ileana Constantinescu e Elena Dobre valorizam alguns problemas do ensino superior atual e a terminologia económica nacional, que complementam com a perspetiva jurídica, no que são coadjuvadas por Adriana Motatu. Exploram os reflexos da diversidade existente neste âmbito à escala europeia e a necessidade de harmonização, uma das vertentes ainda pouco valorizada mas inquestionável, tendo em vista um desenvolvimento sustentável. Como é óbvio, a inovação, nomeadamente a cultural na sua interligação com a criatividade, também tinha de ser abordada, como fez Rute Teixeira, especificando o caso português, com particular destaque nos núcleos urbanos, mais apelativos. Felizmente que a criatividade e a inovação se apresentam cada vez mais generalizadas, potenciando os recursos endógenos e a melhoria da formação técnica e profissional da população em geral.

Em síntese, os casos exemplificativos consistentes sucedem-se, diversificados, representativos da conexão existente entre a formação técnica e cultural, ou ainda com as oportunidades para o aprofundamento de uma coesão territorial e social. Efetivamente, as potencialidades endógenas existem e num quadro onde as abordagens indutoras do desenvolvimento, se sucedem. Há, porém, que as enquadrar estrategicamente, sem subvalorizar nenhuma, desenvolvendo-se de uma forma integrada, minimizando os obstáculos existentes, enquanto, de uma forma inovadora e responsável, se preservam as especificidades endógenas, cada quadro social e cultural.

Helena Pina  
Dezembro de 2015